

Economia

Conceitos introdutórios

- 1- A economia trata das escolhas que a escassez de bens e recursos disponíveis impõe para que se satisfaça as necessidades. Se não fosse a escassez, as escolhas de que trata a economia seriam irrelevantes. A escassez é graduável e relativa e não sendo possível uma utilização indiscriminada dos recursos o facto de eles serem super abundantes para a satisfação de uma necessidade não significa que o excedente desses recurso possa ser reorientado com o mínimo de eficiência para outras necessidades
- 2- Objecto da economia: o tema central da economia é estudar as decisões individuais e colectivas em contexto de escassez, valorizando o grau de liberdade do agente e a interdependência que se gera entre essas decisões. A economia pretende determinar as razões pelas quais da interdependência de decisões livres surge uma ordem espontânea (mão invisível de Adam Smith) que muitas vezes dispensa uma supra ordenação política.
- 3- Racionalidade: a forma como os indivíduos afectam os recursos escassos obedece a uma racionalidade e a racionalidade de que trata a ciência económica é sobretudo procedimental

- 4- Otimização: o princípio de otimização é que a escolha de condutas apresenta a máxima diferença entre benefícios e custos, o custo de oportunidade diz respeito a todos os benefícios que deixamos de receber por sacrificarmos as opções que tinham de ser preteridas em favor da conduta que escolhemos.
- 5- Racionalidade limitada: Conduta que pretende ser racional mas que não ultrapassa a ponderação dos custos implícitos na racionalidade, substituindo a maximização pela satisfação, a exigência do ótimo pelo meramente suficiente (ótimo é inimigo do bom). Tal ideia baseia-se na constatação de que o tempo é limitado, é um bem escasso e custoso na aquisição e análise de informação completa. É por isso que escolhemos um nível de ignorância racional a partir da qual, tomamos a maior parte das nossas decisões marginais e ainda nos ligamos a grupos de divisão de trabalho e partilha de informação, que tendem a diminuir a margem de erro capaz de ser associada à nossa ignorância individual. Assim, o conhecimento, a informação de que a racionalidade se alimenta, lida com meios escassos, meios como o tempo e a capacidade de assimilação e de concentração.
- 6- Eficiência e prioridades: a escassez também condiciona os conflitos entre os valores da eficiência e da justiça, pois a prioridade dada à eficiência

significa que o emprego de meios é avaliado em termos de maximização, isto é, a capacidade de obter o maior rendimento possível a partir de um certo conjunto de meios. A eficiência é pois a afectação de recursos aos seus empregos com o máximo valor relativo. A prioridade da eficiência implica orientações políticas diversas, diferentes das ditadas por uma primazia dada à justiça na qual o que conta é a forma como o rendimento é repartido. A incompatibilidade da prossecução simultânea destes dois objectivos é em larga medida, decorrente da escassez dos recursos, que podem ser afectados a cada um deles. A questão esta pois em estabelecer-se e aceitar-se prioridades.

7- Perguntas básicas da decisão económica:

- o que produzir e quanto ? : o crescimento da sofisticação no consumo leva a constante multiplicação de necessidades secundárias ou civilizacionais. O progresso civilizacional, faz com que o objectivo económico mínimo deixe de ser a mera sobrevivência física, o que faz aumentar o número de prioridades na produção ao converter em necessidades primárias ou vitais, necessidades que eram antes necessidades secundárias. Numa economia de mercado as respostas são fornecidas pelo mecanismo de preços. A decisão eficiente sobre o que produzir dá-nos pois uma 1º

indicação sobre a importância económica do funcionamento livre dos mecanismos dos preços

- como produzir ? um dos vectores da actividade económica dirige-se à exploração de meios alternativos para a produção dos mesmos bens, procurando entre eles o mais eficiente, pelo que as respostas a este segundo conjunto de questões resulta de uma comparação de custos e benefícios.

- para quem produzir e quando ? o mecanismo de preços determinará com razoável automatismo, numa económica de mercado, quem são aqueles que beneficiam dos bens e serviços produzidos e beneficiará mais aquele que tiver maior poder de compra e maior disposição de pagar. No entanto esta resposta do mercado deve ser condicionada por critérios de justiça, através da intervenção do Estado

- quem decide ? numa economia de mercado todos contribuem no seio das trocas, para a formação de uma vontade difusa, sendo que em muitos casos, ninguém dispõe isoladamente do poder de alterar essa vontade; numa economia mista em que concorrem um sector privado e um sector publico, o mecanismo difuso do mercado é contra balanceado pelo poder concentrado de deliberação de que o Estado dispõe; numa economia dirigista de planificação central há uma entidade que dirige colectivamente e decide sobre a satisfação das necessidades individuais.

2- Custo de oportunidade e preço relativo

Uma escolha é racional na medida em que se centra numa comparação subjectiva de custos e benefícios implicados nas varias alternativas abertas à opção e pode-se chamar Utilidade ponderada o resultado dessa comparação, ou seja, a utilidade ponderada é fruto da comparação que se faz entre o custo e o beneficio de uma alternativa. O que há de peculiar na ideia de uma racionalidade económica é o conceito de custo de oportunidade, ou seja, a mais valiosa das oportunidades que são preteridas quando se faz uma escolha, conceito que abarca aquilo que deixa de ser possível fazer-se e obter-se para que possa alcançar-se aquilo por que se optou. Assim, o custo de oportunidade é o valor da 2º melhor escolha, é a mais valiosa das alternativas preteridas. O custo de oportunidade é espelhado no preço relativo de dois bens, sendo o preço relativo formado pelo mecanismo da oferta e da procura: o preço relativo do bem A, em termo de bem B é o cociente entre o preço de A e o preço de B o que nos dá a medida exacta e objectiva do quanto deixamos de pagar por um bem, quando compramos o outro.

3- Raciocínio marginalista: o custo marginal é o valor da mais valiosa alternativa preterida para se conseguir produzir ou obter mais uma unidade de um bem ou serviço, enquanto que o beneficio marginal é o valor

dessa unidade suplementar do bem ou serviço porque se optou. Assim, raciocinar em termos marginais significa:

- optarmos por produzir ou adquirir mais de um bem ou serviço, enquanto o benefício de mais essa unidade exceder o correspondente custo de oportunidade

- Optarmos por produzir ou adquirir menos quando esse custo exceder o benefício adicional

- “ pør não produzir ou “ nem mais nem menos, produzindo ou adquirindo o menos que anteriormente, quando os dois valores coincidirem

4- Impacto dos incentivos na conduta

É possível condicionar a conduta do agente económico sem lhe retirar a sua liberdade de escolher e decidir, interferindo apenas nos incentivos. No entanto, a ênfase nos incentivos tem como contra partido o seu preço, que é o sacrifício dos valores igualitários.

5- Postulado da racionalidade

A racionalidade económica identifica-se em especial com o princípio hedonístico , ou seja, a lei do menor esforço, isto é, aquele que com o mesmo esforço dos outros tiver alcançado o mais elevado nível de satisfação, terá maximizado o sucesso da sua actividade - económica e por outro lado, aquele que com menor esforço alcançar o mesmo nível de satisfação, pois terá conservado mais recursos que

ficam disponíveis para repetir ou prolongar o nível de satisfação alcançado.

6- Limitações temporais e orçamentais:

Dada à escassez, a racionalidade do agente económico manifesta-se e avalia-se num espaço limitado. A gestão de recursos torna transparente uma noção de rendimentos decrescentes, ou de custos relativos crescentes que vai balizar as decisões concretas, pois à medida que se intensifique a afectação de recursos à satisfação de uma necessidade, aumenta o respectivo custo de oportunidade e reduz-se o incentivo à prossecução racional da actividade de satisfação de uma necessidade. As limitações temporais e orçamentais são pois as manifestações mais restritivas no plano individual da escassez

8- A vantagem das trocas

A relação intersubjectiva que se estabelece entre os agentes económicos pressupõe uma complementaridade de necessidades e uma contraposição objectiva de interesses. O entendimento das trocas remete para a teoria do jogo de soma zero, semelhando aquelas trocas à situação de interação estratégica em que o vencedor ganha o somatório do que os outros jogadores perdem. No entanto, sendo as trocas económicas livres, só terão lugar se ambas as partes puderem aperceber-se racionalmente da existência de vantagens recíprocas. Assim sendo, e

dado que ambas as partes ganham, com a troca, havendo benefícios recíprocos, podemos dizer que a situação corresponde à de um jogo de soma positiva, e não de soma zero, porque os benefícios de uma das partes não implica necessariamente o prejuízo da outra, tudo contribuindo antes para um resultado crescente, em que o total das transações vai fazendo aumentar a utilidade total das transações, a utilidade combinada de ambas as partes, à medida em que as trocas se vão multiplicando

9- Afecção social dos recursos através de um mecanismo dos preços: numa economia de mercado a actividade económica é condicionada essencialmente pelas próprias forças que animam as trocas, sendo o mercado a ocasião dessas trocas. O que há de peculiar na economia de mercado é que as grandes decisões de quem depende da eficiência e da justiça de resultado último e total do seu funcionamento não são confiadas a ninguém, antes resultando de uma organização espontânea que se centra num mecanismo dos preços, que é um processo de sinalização, através do qual as partes comunicam a sua disponibilidade para realizarem trocas e a confiança das partes no meio de pagamento comum.

10- Mercado de produtos e mercado de factores: existem dois tipos distintos de mercado numa

económica de mercado: o mercado de produtos, ou seja, de bens e serviços e o mercado de factores produtivos. Bens e serviços são os produtos finais da actividade económica, ou seja, os outputs directamente empregues na satisfação de necessidades, por sua vez os factores de produção são bens e serviços empregues no ponto inicial de um ciclo de actividade económica e são os inputs de terra (factores naturais e matérias primas), trabalho e capital. Pode dizer-se que o mercado de factores é instrumental e que o mercado de produtos em relação a ele é o mercado final. As famílias são fornecedoras de factores de produção e consumidoras de bens e serviços; as empresas são produtoras de bens e serviços e utentes de factores de produção e o que umas ganham é o que as outras gastam, pelo que o rendimento total, o total das receitas é equivalente à despesa total, ao total dos gastos.

- 11- Intervenção do Estado nos mercados: apesar das vantagens da economia de mercado, não podemos ignorar que o funcionamento do mercado também é acompanhado das suas próprias ineficiências e injustiças. Essa detecção poderá justificar a intervenção do estado no sentido de emendar essas falhas de mercado (que abarca todo o tipo de perdas de eficiência resultantes do

funcionamento espontâneo do mercado) esse objectivo do Estado poderá ser alcançado sem que ele tem a necessidade de se colocar numa posição de proeminência, bastando-lhe frequentemente entrar no próprio jogo livre do mercado e com a sua presença contrabalançar as forças causadoras das falhas de mercado. A intervenção estadual no funcionamento dos mercados pode basear-se em qualquer de três razões gerais, que são:

- pura e simples ignorância das leis económicas, o desconhecimento dos requisitos e implicações da atitude intervencionista, o que vai agravar os problemas
- O imperativo de eficiência que abre espaço à rectificação de falhas verificadas nos mercados dos produtos e dos factores, sejam falhas que criam disparidades entre o funcionamento do mercado e a promoção do bem estar social, sejam falhas que subvertam o contexto de liberdade e de concorrência em que as trocas deveriam decorrer
- O imperativo de justiça que determina justificações dos resultados distributivos que se verificam no mercado dos factores produtivos.

A principal razão que justifica uma intervenção pública nos mercados deriva da justiça social. As intervenções do Estado nos mercados que sejam ditadas por propósitos de eficiência tem como causas principais:

- Existência de externalidades, ou seja, a possibilidade de que uma actuação económica faça projectar irremediavelmente, efeitos, benéficos (ext. positiva) ou maléficos (ext. negativa) sobre alguém que não o próprio agente, interferindo no nível de bem estar desse alguém sem que lhe seja paga qualquer indemnização no caso de diminuição do seu bem estar ou sem ter que pagar qualquer compensação no caso de aumento desse bem estar
- Existência de poder de mercado que permita a alguém a exploração do mecanismo dos preços em proveito próprio

A Externalidade é toda a situação em que a conduta de uma pessoa afecta o bem estar de outra por vias extra mercado, seja prejudicando-o sem ter que pagar, seja e beneficiando-o sem ter possibilidade de fazer-se pagar por isso, já que em ambos os casos não existe um mecanismo espontâneo de contrapartida ou seja, de internalização de custos ou benefícios. No caso das externalidades, a intervenção do estado justifica-se para superar a brecha criada entre a eficiência económica e o bem estar colectivo. As externalidades perturbam a eficiência de mercado e bem estar social. Já no caso do poder de mercado, a actuação do estado justifica-se na estrita medida em que seja alcançável o esvaziamento desse poder. Estes mecanismos traduzem-se em medidas concretas, tais como:

- eliminação de subsídios perversos que fomentam actividades que geram actividades negativas
- adopção de medidas internacionalizadoras para recompensarem as actividades benéficas e penalizarem as maléficas
- O reforço da regulação jurídica do acesso a recursos comuns

13- Falhas de intervenção: são varias as razões que tornam controversa a legitimação de qualquer intervenção do estado na economia, sendo o motivo básico das falhas de intervenção o facto de o Estado ser administrado por pessoas falíveis e mesmo injustas que aceitam pressões e alem disso toda a intervenção é contaminada por informação imperfeita, por deficiências de planeamento ou quebras de comunicação. Assim sendo, não é muito evidente que a intervenção correctiva do estado seja globalmente eficiente, em termo de se poder afirmar que as falhas de intervenção nunca excedam as falhas mercado e é questionável que na presença de uma falha, a solução publica constitua um remédio adequado, o que se liga com a lentidão burocrática, com a falta de informação detalhada.

Por conseguinte, a existência de ineficiências no mercado abre a possibilidade de intervenção do estado, mas não a reclama, visto que a intervenção pode ser ainda pior do que a solução espontânea, pelo

que a visão tradicional de que a presença do estado se justificaria com a verificação da mais ínfima imperfeição do mercado está a mudar quanto às bases do protagonismo económico de estado.

Capítulo 3 – Interdependência e trocas

A economia funciona com razoável eficiência em matéria de ocupação livre das especialidades profissionais, em matéria de divisão social do trabalho, colaboração e troca de bens e serviços, de comunicação de necessidades e de aptidões. Da interdependência surge a coesão e a uniformidade, a aproximação das condutas individuais e a normalidade social.

- a) Divisão do trabalho: na nossa actividade social comum continuamente nos colocamos em situações de dependência face à actividade de pessoas que não conhecemos e agimos com reciprocidade em tarefas que beneficiam pessoas que também não conhecemos. É a forma de incorporar-nos as nossas motivações individuais no todo colectivo dos agentes económicos que permite com grau razoável de eficiência a conduta de cada um de nos que vai ao encontro de uma coordenação espontânea e livre de actividades. O comércio livre, a permuta de bens e serviços em ambiente sem constrangimentos só deveria ter lugar quando todos os envolvidos

ganhassem com as trocas, ou sejam, a troca requer soma positiva na sua base, não sendo de esperar que trocas de soma 0 se perpetuem no tempo. Dado que é preciso agir apoiado numa informação incompleta, as trocas ocorrem motivadas por simples representação de ganho, dentro de um intervalo de probabilidade de ocorrência da soma positiva, pois todos colaboram no mercado quando estão convencidos de que as trocas lhes serão vantajosas. A cooperação condicional é a atitude racional que aceita a interdependência baseada na convicção de que haverá ou se manterá a reciprocidade e faz depender dessa regra de ouro da reciprocidade a sua disposição de colaborar, elevando-a à dignidade de critério jurídico.

- b) Vantagens absolutas: É a vantagem absoluta que pode alcançar-se na especialização que começa por ditar qual a posição que cada um ocupa nas trocas e é essa vantagem que determina o que cada um vai produzir ou mais particularmente o que é que cada um vai produzir em excesso face às suas necessidades, por forma a habilitar-se a obter bens e serviços não produzidos por ele, em troca daquele excedente. A especialização e a divisão de trabalho, segundo os princípios das vantagens absolutas, são as fontes da maior parte da diversidade social observada na economia e também das formas mais

estáveis e permanentes de consagração institucional da interdependência.

- c) Confiança e equilíbrio nas trocas: a troca é sempre um compromisso e implica que cada parte transija relativamente à sua posição inicial de ganho máximo: o benefício objectivo tem que existir para que ocorra uma troca voluntária, mesmo que esse benefício objectivo fique aquém do ganho subjectivamente esperado.
- d) Vantagens comparativas: aqui a questão é de saber o que sucede quando um dos agentes económicos tem vantagem na produção de qualquer dos bens em relação aos quais se está a ponderar a possibilidade de troca. Diz-se nesse caso que esse agente dispõe de uma vantagem absoluta em qualquer das situações e que aparentemente, não há, para ele, qualquer vantagem em dividir o trabalho e em especializar. Dispor da vantagem absoluta é mostrar um máximo de produtividade dentro de um universo de agentes económicos, é poder produzir um certo bem ao menor custo possível e por isso, seria vantajoso, para quem dispõe de mais de uma vantagem absoluta assumir todas as tarefas maximizando em todas os ganhos decorrentes de superior produtividade. No entanto, é mesmo assim benéfico para o produtor mais eficiente dividir o trabalho, porque, libertando-se das tarefas em que

seja comparativamente menos apto, poderá concentrar-se naquela ou naquelas em que a sua produtividade é relativamente maior. Foi nestes termos que foi analisado pelo economista David Ricardo quando equacionou como poderia a Gra Bretanha entrar em relações comerciais com Portugal na troca de vinho e de lã, se em ambos os casos era manifesta a vantagem absoluta dos produtores portugueses. A escassez determinará que mesmo aquele que dispõe de vantagens absolutas em ambas as actividades acabe por não poder dedicar a qualquer dessas actividades mais do que tempo parcial, no caso de optar pela auto-suficiência, ou seja, não usufruir das trocas. A solução que ele sugeriu foi a de que cada um especializa-se na sua vantagem relativa, os produtores britânicos na lã e os portugueses no vinho, acabando por resultar dessa divisão do trabalho um acréscimo de bem estar disponíveis para ambos os países.

e) Fontes das vantagens comparativas:

- Dotações naturais ou herdadas (petróleo): não precisam de investimentos
- Dotações adquiridas: por mais importantes que possam ser as qualidades naturais ou herdadas, está irremediavelmente preso a essa base inicial de que

surgem as suas vantagens económicas no sentido de que é sempre possível conceber seja melhorias dessas vantagens seja uma rectificação das desvantagens. A maior parte do que se chama dotações adquiridas reconduz-se ao conceito amplo de capital, o conjunto de meios de produção que tiveram que ser produzidos.

f) Capital humano e especializações (em relação às dotações adquiridas): o capital humano significa a educação, a formação, aptidões técnicas. É o exemplo dos EUA como país de vanguarda em matéria de inovação tecnológica no domínio da informática e resulta de um longo e profundo esforço em investimento, em educação, em informação, em investigação, em pólos tecnológicos. Trata-se assim, de uma clara demonstração de relevância do capital humano, e nomeadamente do processo educativo no crescimento económico. Quanto à especialização tem algumas virtualidades de auto esforço e que resulta muitas vezes da persistência que leva à excelência do especialista e a especialização potencia a manifestação das capacidades produtivas porque:

- Reduz o número e a diversidade das tarefas, facilita a aprendizagem, encurtando o tempo e o esforço dedicado à aquisição de aptidões produtivas
- tende a uma estabilização em tarefas repetitivas e a habilidade aumenta a custos marginais decrescentes

- Essa repetição de tarefas leva à concentração nos pontos críticos nos quais é possível um progresso técnico ou mesmo a descoberta e a inovação.

g) Divisão internacional do trabalho: quanto mais pequeno é um país, quanto mais pequena é a dimensão dos seus mercados internos e quanto mais limitações existirem a que possa proceder-se à divisão do trabalho e à especialização mais inevitável é a opção pela economia aberta, ou seja, mais necessária é a dependência da economia nacional perante o comércio externo. Muitas das vantagens que podem alcançar-se com o comércio internacional de bens e serviços, podem ser obtidas pela liberdade de circulação de trabalhadores, e além disso, os movimentos de capitais permitem que haja investimentos, poupança, financiamentos que ultrapassem as fronteiras nacionais. A multilateralidade das trocas é o caminho mais curto em direção ao crescimento e à redução da pobreza.

h) Custos da interdependência: as trocas beneficiam todos os membros de uma sociedade pois permitem que as pessoas se especializem, se libertem das tarefas em que são relativamente menos eficientes e se concentrem naquelas em que o são mais e assim, atinjam maior produtividade, maiores níveis de prosperidade ao mesmo custo. No entanto os ganhos das trocas implicam agravamentos de interdependência.

I) Livre cambismo, proteccionismo e interdependência: As vantagens e o potencial de ganhos recíprocos ultrapassam em muito os custos da perda de independência e especializar-se nas actividades com menores custos de oportunidade significam um aumento global de eficiência, por ex: quanto mais Portugal importar os produtos em que não tem vantagens comparativas mais pode produzir daqueles em que essas vantagens se registam e mais pode obter em troca desse extra que produz graças à especialização. A especialização nacional, a divisão internacional do trabalho não levam a que se atinjam um jogo de soma 0, em que um estado só pode enriquecer à custa dos outros, pelo contrario, cada incremento das trocas aumenta a produtividade e aproxima os consumidores dos fornecedores mais eficientes o que diminui as carências económicas do maior numero e alem disso o comercio permite ao pais mais pobre enriquecer por intermédio da especialização e da troca de utilidades. É pois rebatível o argumento proteccionista dos produtores afectados pela abertura à concorrência internacional, nomeadamente o argumento de que a concorrência é uma ameaça aos postos de trabalho ou aos salários nacionais, já que a falta de competitividade dos produtores nacionais levava ao encerramento de empresas e ao desemprego, ou à falta de eficiência. Tambem é rebatível o contra argumento de que, com a concorrência internacional não só existirá a

tendência para o aumento do emprego, como também existira a tendência para o aumento dos salários. Num ambiente de reciprocidade em que qualquer dos parceiros vede as oportunidades de enriquecimento mútuo, ocorre sempre uma transferência de vantagens com benefício dos produtores menos eficientes e com prejuízo dos mais eficientes, mas também da totalidade dos consumidores. A interdependência significa, certamente, perda de independência, o que implica custos, no entanto a produção e o consumo crescem com a especialização dos agentes económicos, individuais ou colectivos. Portanto, a interdependência tanto no plano interno, como no plano internacional é a consequência normal da divisão de trabalho e da especialização, é a expressão da complementaridade e nessa medida é o caminho insubstituível para a geração combinada de prosperidade partilhável por todos, embora seja uma via imperfeita, mas não há solução menos imperfeita que ela.

Capitulo 4 – As forças de mercado

a) Oferta e procura: Oferta – é o conjunto de atitudes típicas de quem se dirige ao mercado para lá entregar um bem ou prestar um serviço que ele avalia em função do custo, i.é., do esforço ou do custo de oportunidade

A procura é o conjunto de atitudes típicas de quem se dirige ao mercado para satisfazer as suas necessidades, seja através da aquisição de um bem,

seja pela utilização de um serviço, sendo que o valor que atribui a um ou a outro é sobretudo determinado pela utilidade (aptidão de um bem para satisfazer as necessidades).

b) Noção de mercado concorrencial – o mercado é a interacção do conjunto de vendedores e compradores actuais ou potenciais que se interessam pela transacção de certo produto ou factor de produção, i.é, um local físico no qual ocorrem trocas dos mais variados produtos.

Bens de produção conjunta ou complementares: quando a produção de um bem reclama a presença de um outro ex: produzir gasóleo sem que daí resulta outros derivados do petróleo.

Bens complementares são aqueles cuja utilização ou consumo se fazem combinadamente ex: café e açúcar, pneus e automóveis.

Bens sucedâneos: concorrem para a satisfação da mesma necessidade, em que a carência de um produto é compensada pelo aumento do consumo do outro ex: manteiga e margarina, azeite e óleo alimentar.

Certos mercados aproximam-se mais na sua organização do modelo da oferta e procura. Quando assim sucede é mais nítida a função coordenadora do mercado.

- c) Atomicidade: se o numero de participantes tanto no lado da oferta como na procura for suficientemente elevada, as decisões de cada um serão diluídas no todo das interações que ocorrem no mercado que seja suficientemente vasto, e por isso é impossível que alguém consiga impor a um tal mercado as suas preferências, pelo que não existe poder de mercado. Quanto ao preço, ele é um dado, ou seja, um valor fixo porque havendo atomicidade temos price takers, e não price makers. A atomicidade é um requisito para a definição de mercado concorrencial.
- d) Liberdade de entrada e saída de mercados: se os vendedores poderem controlar o ingresso da concorrência no mercado, ou mesmo a sua saída, facilmente alcançaram um poder de mercado que lhes permitirá condicionar decisiva e unilateralmente os termos das trocas e as avaliações em presença. A liberdade é um dos aspectos mais marcantes do mercado, já que quem participa neste, tem em principio plena liberdade de ingressar, de sair ou de reingressar as vezes que entender.
- e) Fluidez: se existir, da parte dos participantes nas trocas, a consciência de que se trata efectivamente de um só mercado, será possível a cada um proceder a uma avaliação mais rigorosa e objectiva dos interesses em presença. Assim, a fluidez é um conjunto de características e circunstancias que

permitem ao consumidor não se deixar enganar pelos vendedores quanto à possibilidade de se proceder a uma simples comparação de preços e tenham assim acesso às vantagens da concorrência perfeita e da guerra de preços entre vendedores, adquirindo o mesmo produto ao preço mínimo ou a máxima quantidade do mesmo produtor a um dado preço.

- f) Nível concorrencial: a existência de um maior ou menor grau de atonicidade, de liberdade e de fluidez determinará, em princípio, que o mercado seja mais ou menos competitivo. Na concorrência perfeita, ninguém dispõe de poder de mercado e quer vendedores, quer compradores, encaram os preços como um dado, ou seja, agiram como receptores passivos dos preços (price takers). Na situação oposta, temos o poder de mercado que se manifesta pela formação de preços, pela vontade de um único agente ou de um grupo restrito de agentes que conseguem ser price makers, é o caso do monopólio ou do oligopólio, não havendo atonicidade. Ainda temos a concorrência monopolística que é todos vendem produtos similares procurando conquistar clientela através da diferenciação ostensiva desses produtos, não havendo fluidez.

g) Factores da oferta no mercado concorrencial: Não é só do preço que depende a atitude da oferta, visto que há outros determinantes do nível e da variação da oferta (alterações da curva):

- dimensão do sector
- Progresso tecnológico
- Custo dos factores de produção
- Organização do mercado
- Conflitos violentos, doenças, ou catástrofes naturais
- Expectativas dos produtores/vendedores quanto à evolução do mercado e dos preços.

g.1) Preços (único na curva): quanto mais elevados são os preços maior é a oferta e quanto mais baixos menor a oferta, trata-se de uma correlação directa entre preços e quantidades oferecidas que é o que se chama lei da oferta. A curva da oferta representa o conjunto de pontos mínimos da disposição de vender.

g.2) Custo dos factores: os custos da produção consistem na remuneração que os factores reclamam pela sua participação no processo produtivo: o aumento dos custos tende a reduzir os incentivos à produção e a diminuir a oferta, enquanto que as diminuições dos custos tende ao aumento da oferta.

g.3) rendibilidade de produções alternativas: A iniciativa de produzir e oferecer bens no mercado, resulta de uma

decisão livre após uma ponderação de opções. Aquele que se propõem realizar um processo produtivo e dispõe dos meios necessários a vários tipos de produção, opta pelo que lhe proporcionar maior lucro.

g.4) Tecnologia: a tecnologia influencia o nível da oferta, exclusivamente por via dos custos de produção, uma vez que os progressos da tecnologia tendem a reduzi-los. Portanto, se houver uma evolução tecnológica, ocorre em princípio uma expansão da oferta

g.5) Dimensão do produtor: O nível da oferta também depende da dimensão do produtor e em muitos casos ultrapassada uma certa dimensão mínima o produtor pode começar a ter um abaixamento dos custos unitários dos seus produtos.

g.6) Objectivos do produtor: uma subida de preços pode não induzir imediatamente um aumento de oferta, se o produtor pautar a sua conduta por outros objectivos que não o da imediata maximização de lucros, por considerações estratégicas

g.7) Expectativas: o nível actual da oferta pode depender de simples expectativas quanto à próxima evolução do mercado, pois aquele que prevê uma queda de preços tenderá a vender imediatamente o seu stock de produtos e com isso provocar a própria queda de preços. Designa-se por vezes, como efeito de Édipo esta capacidade que

tem as previsões para desencadearem por elas próprias os efeitos previstos.

h) Factores da procura no mercado concorrencial: além dos preços, outros factores podem influenciar o nível da procura:

- Mudanças no rendimento médio dos consumidores com efeitos de elasticidade-rendimento que levam à quebra da procura de bens inferiores quando o rendimento do consumidor sobe
- Mudanças nas preferências ou gostos
- Dimensão da população de consumidores
- Expectativas

i) Deslocações das curvas da oferta e da procura

Na curva da oferta e da procura temos movimento ao longo da curva quando ocorre uma simples variação de PREÇOS e assistimos a uma deslocação da própria curva, expansão ou contração, se o que varia é OUTRO factor que não o preço

j) Formação do equilíbrio – trata-se da intercepção da curva da oferta e da procura, ou seja, uma situação em que a um só preço corresponde a mesma quantidade oferecida e procurada. Nesta situação fica formado um binómio, preço de equilíbrio - quantidade de equilíbrio. O ponto de equilíbrio é um ponto de estabilidade porque é

o único em que podemos afirmar que ambas as partes das trocas estão a fazer exactamente o que querem; aí atinge-se o máximo de satisfação combinada dos interesses de vendedores e de compradores. O equilíbrio designa pois, o ponto a que necessariamente se regressa porque é único no qual não há impulsos noutra direção. O preço de equilíbrio, no entanto desloca-se, porque passa a estar sujeito a pressões quando a deslocação das próprias curvas da oferta e da procura leva à formação de novos ponto de equilíbrio.

k) Estabilização e destabilização através da especulação: Do lado da procura a especulação pode ter um efeito estabilizador dos preços: a uma subida de preços segue-se uma reação dominada pela expectativa de que os preços voltaram a cair, uma reação que vai provocar a própria queda prevista (efeito de Édipo). Mas a especulação também pode ter um efeito destabilizador, naqueles casos em que as expectativas são as de que uma primeira subida de preços seja o prenuncio de subidas posteriores e mais graves e neste caso intensifica-se o consumo, antes que os preços voltem a subir.

l) Principio do Hotelling: Segundo o qual o preço dos recursos naturais não renováveis tende a variar proporcionalmente à taxa de juro real, visto que o seu preço presente não é mais do que o valor presente do preço esperado para esses recursos em períodos seguintes, sendo o preço presente dominado por esse

propósito especulativo. No entanto este princípio desconsidera os efeitos do progresso tecnológico sobre o aproveitamento de recursos naturais não renováveis, os quais podem provocar a manutenção e até a descida do preço dos recurso no longo prazo. Assim, da consideração deste princípio resulta que na exploração de recursos não renováveis o problema se situa no ritmo de exploração propiciado pelos preços relativamente baixos desses recursos.

l) Elasticidade da procura: Elasticidade é a amplitude da reacção dos agentes económicos à alteração de condições fundamentais da sua actividade. A sensibilidade aos preços depende, entre outros factores, no caso dos consumidores de: efeito rendimento – A sensibilidade tende a aumentar se as limitações orçamentais do sujeito económico estão a ser atingidas; efeito de substituição: significa que a elasticidade tende a aumentar se o consumidor dispõe de alternativas, podendo fugir aos aumentos de preços de um bem substituindo o seu consumo pelo de bens sucedâneos, daquele cujo preço relativo não tenha aumentado; essencialidade das necessidades significa que a elasticidade é reduzida quando àqueles bens e serviços que satisfazem necessidades primarias, e essa elasticidade aumenta nas necessidades secundarias; perspectiva temporal, a passagem do tempo faz

aumentar a elasticidade, porque dá ao consumidor mais oportunidades de reação. (mudanças de hábito).

m) cálculo da elasticidade – a elasticidade-preço da procura é calculada como um quociente entre a variação percentual das quantidades procuradas de um bem ou serviço e a variação percentual do respectivo preço. A procura é muito elástica às variações de preço, se estas determinam naquela, uma modificação proporcionalmente superior; é pouco elástica às variações de preço se estas não provocam nela, se não modificações proporcionalmente inferiores; se uma quebra de vendas de 40 % devido a um aumento de preço de 20% então a procura é muito elástica porque a elasticidade tem o valor de 2.; se uma quebra de vendas é de 10 % devido ao aumento de preço de 20%, então a procura é pouco elástica, ou rígida, e o valor é 0.5; se a quebra de vendas for de 20% devido ao aumento de preço 20% então a procura tem uma elasticidade unitária de valor 1.

(Ver todo o gráfico no livro 180->/sebenta 46->)

n) Elasticidade cruzada: nos bens complementares o valor da elasticidade é abaixo de 0; nos bens independentes o valor da elasticidade é igual a 0. Nos sucedâneos imperfeitos é entre 0 e infinito e nos sucedâneos perfeitos é infinito.

o) Elasticidade da oferta: é um quociente entre a variação percentual das quantidades oferecidas e a variação percentual dos preços (igual à procura).

Capítulo 5 – intervenções do estado no mercado

O impulso interventor deve começar por defrontar-se com o mecanismo da oferta e da procura e o propósito interventor é muita das vezes rectificar os resultados desses mecanismos, quando eles sejam considerados injustos ou ineficazes. No entanto essa rectificação, são frequentemente iníquos (injustos) e ineficientes porque interfere no mecanismo espontâneo do mercado.

a) Interferências na lei da oferta e da procura: a geração espontânea de um equilíbrio no mercado com efeitos maximizadores e optimizadores é o que Adam Smith chamou “mão invisível” o que é uma advertência contra todas as tentativas de interferência no mecanismo dos preços. (Ver sebenta pag. 51)

a.a) a via dos preços máximos: transporta a aparência de que, uma vez estabelecida, aumentarão as possibilidades de que todos terão acesso a um certo produto. O preço máximo eficaz é no entanto uma barreira a que o preço suba até ao equilíbrio ajustador da oferta e da procura. Dado desequilíbrio, a pressão para a subida, o mercado vai esbarrar sempre com esse limite e, portanto, o preço

de mercado será sempre esse preço máximo. No caso dos preços mínimos o que acontece é, o preço descer até ao nível de equilíbrio, o que leva a que os vendedores vão ter dificuldades para escoar todo o produto que aquele nível de preço os incentiva a venderem. O preço mínimo provoca um excesso de oferta e dá-se uma retracção da procura que faz o preço do mercado ficar abaixo do preço mínimo, e então o preço mínimo vai voltar a provocar um excesso de oferta. Quer a fixação de preços máximos, quer a de preços mínimos vai ainda gerar a reacção do mercado negro. O exemplo mais nítido de fixação de preços máximos é o de estabelecimento de limites às rendas no arrendamento para habitação (caso do congelamento das rendas). Outro exemplo de controlo de preços pela via dos preços mínimos é o estabelecimento de salários mínimos, em que se ocorrer o estabelecimento desse preço mínimo a um nível que ultrapassa o de equilíbrio, vai determinar um excesso de oferta sobre a procura, e portanto desemprego. Outra forma de intervenção do Estado nos preços dá-se por via de lançamentos de impostos sobre as transações.

Capítulo 6: A procura em mercados concorrenciais

- a) Utilidade (aptidão para satisfazer necessidades atribuídas a um bem ou serviço), revelação de

preferências e análise de bem estar: Deve-se a Samuelson o primeiro impulso na teoria das preferências reveladas. Nessa teoria, pressupõe-se o agente racional e maximizador. Pelo jogo da oferta e da procura, se chega a um ponto de equilíbrio no binómio preço-quantidade. A análise de bem estar é o ramo da ciência económica que versa a desejabilidade social de situações económicas alternativas.

- b) Curva da procura e disposição de pagar: um potencial comprador só realizará a compra se entender que esta valeu a pena, significando que o sacrifício dos bens que troca por aquele que adquire ser mais do que compensado pelo benefício resultante da aquisição, e esse sacrifício ficar aquém do sacrifício que admitiria fazer para ter acesso àquele bem. O excedente do consumidor é a diferença entre a disposição de pagar, o valor atribuído pelo consumidor a um bem e aquilo que efectivamente é pago: é o montante líquido que representa o acréscimo de bem estar que o comprador obtém através das trocas, sendo para cada um o montante total do excedente do consumidor correspondente a um incremento de bem estar que decorre da respectiva participação no mercado, do lado da procura.

c) Maximização e leis de Gossen: a escala da procura de mercado mostra que existem diferentes disposições de pagar por parte dos consumidores e a determinação de um preço deixará esses compradores com diferentes excedentes do consumidor, tanto maiores quanto mais elevadas fossem as correspondentes disposições de pagar. O preço que efectivamente acaba por se formar no mercado há-de deixar acima dele toda uma área de excedentes do consumidor, que é o somatório de todas as diferenças entre as disposições marginais de pagar, representadas pela escala da procura e aqueles níveis de preço que se formou. Com a descida de preços, o bem estar dos consumidores melhorou e aumentou o numero de consumidores que experimentam bem estar com as trocas, e o benefício marginal, traduzido pela disposição de pagar por mais uma unidade de um produto, corresponde ao máximo montante de produtos de que um consumidor esta disposto a prescindir para obter mais essa unidade de um qualquer produto, ao máximo custo de oportunidade que o consumidor esteja disposto a suportar. Assim, o consumidor vai escolher a combinação de produtos, que dado o seu rendimento disponível e os preços dos produtos maximizem a sua utilidade total. A utilidade marginal de um euro calcula-se pelo quociente entre a

utilidade da última unidade consumida de um produto e o respectivo preço em euros: quando essa utilidade marginal de um euro for igual para todos os produtos que o consumidor se disponha a pagar, ele chegou a uma posição de equilíbrio que maximiza a sua utilidade total. Temos então as leis de Gossen:

- 1º: a utilidade de cada nova dose de um bem tende a ser menor do que a utilidade de doses anteriormente aplicadas na satisfação de necessidades económicas

2º: A maximização da satisfação individual requer que a utilidade marginal de todos os bens empregues na satisfação de necessidades esteja perfeitamente nivelada, que não haja nenhuma necessidade a manifestar desequilibradamente a sua presença e a reclamar a prioridade da sua satisfação no plano das opções racionais (equimarginalidade).

d) Curva da oferta e a disposição de vender: traduz o preço mínimo a que o produtor está disposto a aceitar produzir mais uma unidade de um bem ou serviço, o valor dos outros bens e serviços que está disposto a deixar de produzir e oferecer para poder produzir e oferecer mais uma unidade daquele por que optou. O excedente do produtor é a diferença entre o preço mínimo a partir do qual a venda já ocorreria e o preço a que ela efectivamente ocorre.

e) Eficiência e bem-estar: O paralelismo entre os conceitos de excedente de consumidor e de excedente do produtor permite que a análise dos efeitos de bem estar no mercado possa convergir. O bem estar geral é um excedente total, ou seja, a soma do excedente do consumidor com o excedente do produtor e então o bem estar total é o jogo de soma positiva, que mais beneficia conjuntamente as partes nas trocas. Assim, o excedente total é o valor agregado de duas diferenças: por um lado a diferença que separa a disposição de pagar dos compradores do que eles pagam, e por outro a que separa aquilo que os vendedores recebe da sua respectiva disposição de vender. Assim, o excedente total é o somatório da diferença entre valor e preço, do lado dos compradores, com a diferença entre preços e custos do lado dos vendedores. Temos assim que, o excedente total é a diferença entre o valor para os compradores e o custo para os vendedores.

A eficiência é alcançada na medida em que não é possível produzir mais de um bem ou serviço sem se sacrificar a produção de outros bens e serviços.

f) Eficiência de pareto: Designa-se um estado de eficiência máxima da economia como uma situação de eficiência de pareto, ou seja, encontrado o grau máximo de bem estar total agregado, de somatório

de todos os excedentes dos consumidores e produtores, em que já não seria possível aumentar o bem estar de alguém sem que se sacrifique o bem estar de outrem, ou seja, uma situação limite em que já não seria possível uma soma positiva em resultado das trocas, e se instalaria uma soma 0. O ótimo de pareto implica que se verifiquem ao mesmo tempo, três requisitos:

- Eficiência nas trocas: afectados recursos e distribuídos os produtos através das trocas, eles foram parar às mãos dos que tinham maior disposição de pagar por eles e onde as trocas, do ponto de vista da eficiência esgotaram o seu papel
- Eficiência na produção: significa que a economia está na sua FPP e que dada a afectação plena de recursos, não é possível produzir mais de um bem sem produzir menos de outro bem
- A eficiência na criação da combinação de produtos correspondente às preferências reveladas dos consumidores, o que implica que o mecanismo de preços tenha desempenhado em pleno as suas funções

f) Perda de bem estar resultantes dos impostos: a incidência do imposto vai levar a uma diminuição do rendimento do sujeito de imposto em favor do seu credor, com perda de bem estar, já que ficam pior os compradores que por causa do imposto têm que pagar

mais do que aquilo que pagariam, e os vendedores recebem menos do que receberiam. Em última instância, a perda de excedente total, seria uma perda de bem estar, ou perda absoluta de bem estar “dead weight loss”. A curva de Laffer mostra que a taxa do imposto pode condicionar negativamente a receita tributária. E esta curva veio mostrar a relação entre agravamento de taxas marginais de imposto e aumento da evasão fiscal e levam a situações marginais de pura perda.

g) Curvas da indiferença: se as restrições orçamentais simbolizam o que o consumidor pode fazer, as curvas de indiferença representam o que o consumidor deseja fazer, ou seja, o modo como as suas preferências efectivamente se distribuem pelos produtos. A linha ideal que une todos os pontos que representam as combinações de produtos desejadas pelo consumidor chama-se curva da indiferença e representa o conjunto de situações que o consumidor se encontrará igualmente satisfeito. Não há limite aparente para o estabelecimento de várias curvas de indiferença ou mapas de indiferença, sendo certo que o consumidor prefer as curvas de indiferença mais elevadas e que essas curvas têm uma inclinação negativa, o que reflecte a taxa marginal de substituição e através dela a correlação inversa entre quantidades de bens. As curvas de indiferença não se cruzam e a mais elevada é aquela que é tangente à recta do rendimento, ou seja, aquela que

num certo ponto coincide com o valor mais elevado que é consentido pela limitação orçamental, não ficando aquém ou além dele, ou seja, há uma coincidência da taxa marginal de substituição dos dois bens com o seu preço relativo.

h) A escolha de um nível de poupança: aquele que poupa voluntariamente tendo em vista a sua reforma defronta-se com uma escolha entre dois valores:

- o do consumo presente e o do consumo futuro.

O preço relativo do consumo presente face ao consumo futuro é o resultado do entrechoque de dois vectores, a taxa de desconto que leva no presente a desvalorizar o consumo futuro e a taxa de juro que remunerando a poupança eventualmente ultrapasse aquela desvalorização.

7 linhas

- 1- A fluidez inclui a liberdade de entrada e de saída de mercado
 - 2- Um produtor tem uma vantagem comparativa quando tem menores custos de produção do que o concorrente
 - 3- A 2ª lei de Gossen determina que o último euro gasto deve ser igual em todos os bens
 - 4- Os conceitos de excedente de produtor e de lucro são equivalentes
-

5- O esforço redistributivo promove uma situação equivalente a um jogo de soma nula

6- A dimensão do mercado não constitui um limite à especialização

Fortes intemperis impediram o abastecimento por via marítima de champanhe à ilha da madeira, na altura das celebrações da passagem do ano

- identifique com recurso a representação gráfica, os efeitos verificados em consequência da situação descrita no mercado de sidra

7- (1pag. Max) “ a existência de ineficiências no mercado abre a possibilidade de intervenção do estado mas não a reclama” Araujo pag. 60 -> Tipos de falhas de mercado, vias de intervenção falhas de intervenção estatal

5 linhas

1- Externalidades negativas

8- Não é possível atingir-se uma combinação superior à fronteira das possibilidades de produção

9- Uma falha de intervenção é uma falha de mercado

- 10- (1 pag. Max) Comenta: o ótimo é inimigo do bom. Falar de racionalismo marginalista, 1 e 2 lei de Gossen e racionalidade limitada
- 11- A ideia de racionalidade limitada assenta na necessidade de obter sempre informação completa para se poder agir